



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679936 - SP (2021/0218413-6)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
CAMILA DE SOUSA MEDEIROS TORRES WATANABE -  
SP326709  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOAO BATISTA MENEZES SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOAO BATISTA MENEZES SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1503205-07.2019.8.26.0548).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão em regime inicial fechado e de 500 dias-multa, pela prática do delito descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

As impetrantes sustentam a nulidade das provas que embasaram a condenação do paciente, porquanto teriam sido obtidas ilicitamente, mediante violação de domicílio, ante a ausência de mandado de busca e apreensão.

Defendem a obrigatoriedade de aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006, diante a ausência de provas de que o paciente se dedica às atividades criminosas ou integra organização criminosa, salientando que a quantidade de drogas pode servir para determinar o *quantum* de redução, mas não para impedir a aplicação do redutor, que deve incidir, na espécie, em patamar máximo.

Afirmam que o regime inicial fechado teria sido fixado com base, tão somente, na gravidade abstrata do delito, não obstante a pena-base tenha sido fixada no mínimo legal, razão pela qual entendem que deve ser abrandado o regime inicial de cumprimento de pena para o aberto, caso aplicado o §4º do art. 33 da Lei de Drogas, ou o semiaberto caso a pena seja mantida.

Destacam, ainda, a necessidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, caso acolhida a tese de incidência da causa especial de diminuição pena do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Requerem, liminarmente, que o paciente aguarde em regime aberto o julgamento do mérito deste *writ*. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja aplicada a causa de diminuição de pena do art. 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006, em grau máximo, seja fixado o regime inicial aberto, e seja substituída a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente